

CONTRATO Nº. 115-A/2016 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JULIÃO – PI

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JULIÃO E SR. JOSÉ LAERCIO DA LUZ, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JULIÃO-PI**, CNPJ nº. 06.553.846/0001-35, com sede na Praça Jaime Leopoldino, nº. 100, Centro, São Julião - PI, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **JOSÉ FRANCISCO DE SOUSA**, brasileiro, casado, inscrita no CPF sob o nº. 327.840.073-91 e RG nº. 736.938 SSP/PI, residente e domiciliado na Rua Progresso, 303, São Julião – PI e de outro lado, O médico **Dr. José Laercio da Luz**, brasileiro, casado, inscrita no CPF sob nº226.935.563-68, e CRM nº2017 - PI, residente e domiciliado na Rua 07 de Setembro, nº 850, Centro, Fronteiras – PI, resolvem celebrar o presente **CONTRATO** de Prestação de Serviços de **MÉDICOS**, com fulcro na Lei 8.666/93, Lei Municipal 461/2013 que dispõe sobre a contratação de pessoas, por tempo determinado, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DAS CLÁUSULAS:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto: O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços Médicos, destinados a **Secretaria Municipal de Saúde** deste Município, e que referidos serviços serão prestados na referida **Secretaria**, neste município de São Julião, Estado do Piauí.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Vinculação:

A Contratada será subordinada as determinações da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE** e submeter às ordens emanadas desta pasta.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

O contratado receberá mensalmente, até o 10º dia útil do mês subsequente, pelos serviços prestados.

Parágrafo Único: Os valores serão contabilizados pelos os dias trabalho, e serão prestados de Segunda a Quintas das 07:00 as 12:00 e que poderá atingir o valor Máximo de R\$20.000,00 (Vinte mil reais) mensais.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato vigorará, da sua assinatura até 30.12.2016.

Parágrafo Único: Este período contratual pode ser prolongado através de termo aditivo.

CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

CLAUSULA SETIMA –

1. Cumprir e fazer cumprir os itens constantes da cláusula primeira deste Contrato;
2. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no cumprimento do presente Contrato;
3. Assumir por sua conta exclusiva, todos os encargos como impostos, taxas, contribuição previdenciárias e securitários pessoais;
4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a **Contratante**, sem prévia e expressa anuência;
5. Atender as determinações da Administração.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

1. Efetuar o pagamento à **Contratada** de acordo com o estabelecido neste Contrato, constante na cláusula terceira, parágrafo único;
2. Comunicar imediatamente à **Contratada** qualquer irregularidade manifestada na execução do presente Contato;
3. Supervisionar a execução do Contrato.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

O presente Contrato poderá ser alterado no todo ou em parte, através de Termos Aditivos.

CLAUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

1. O Contrato poderá ser rescindido, independente de notificação judicial ou extrajudicial, de acordo com os art. 78 a 80 da Lei Nº. 8.666/93, e no caso de descumprimento de uma de suas cláusulas, não sanada pela parte inadimplente no prazo da notificação enviada pela outra parte;

A **Contratada** reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei Nº. 8.666/93 e suas alterações;

2. Aplicam-se à execução deste Contrato e, especialmente, nos casos omissos, a Lei Nº. 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro.

CLAUSULA NONA – DAS PENALIDADES:

Este contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes sem o pagamento de multa, bastando apenas que a denunciante notifique o denunciado por escrito, no prazo nunca inferior a trinta dias a pretensão de rescindi-lo.

CLAUSULA DÉCIMA – NEGATIVA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

A presente contratação não guarda qualquer relação com vinculação empregatícia, significando tão somente prestação de serviços, não gerando responsabilidade trabalhista à CONTRATANTE.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária do Municipal. Fonte de Recurso: Tesouro Estadual .

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS VANTAGENS LEGAIS E SUPERVENIENTES:

O presente Contrato estará sujeito ao Regime da Lei Nº. 8.666/93, ficando assegurado à Contratante todos os direitos e vantagens conferidas pela legislação que vier a ser promulgada durante a prestação de serviços.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

A **Contratante** providenciará a publicação deste Contrato no sistema oficial da publicação da Prefeitura Municipal (Diário dos Municípios), em forma resumida, em obediência ao disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Nº. 8.666/93.

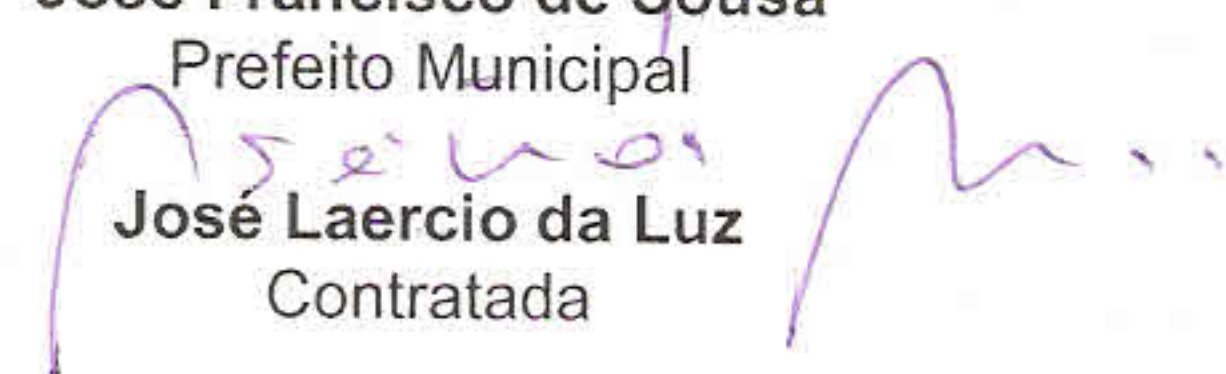
CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

As partes elegem o foro da Comarca da Cidade de Fronteiras, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato.

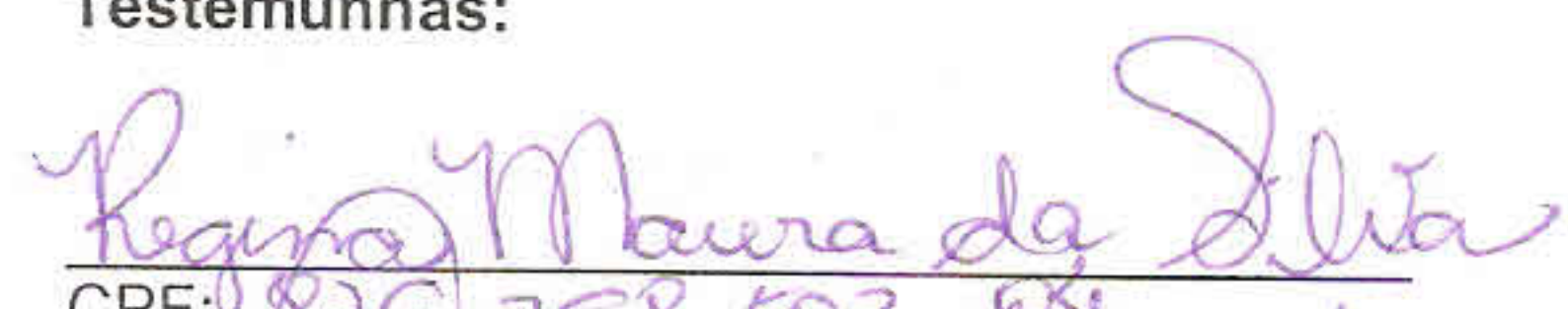
E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam e rubrica o presente instrumento, em 04(quatro) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

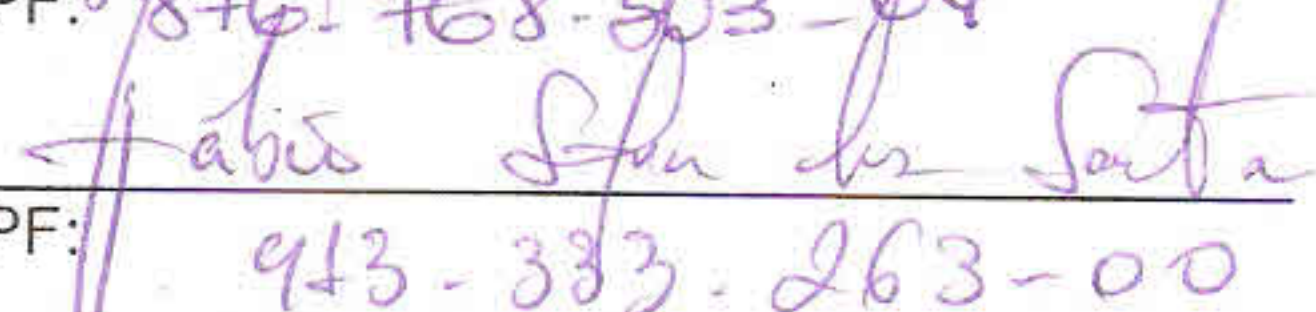
São Julião, 04 de Abril de 2016.


José Francisco de Sousa
Prefeito Municipal


José Laercio da Luz
Contratada

Testemunhas:


Regina Maura da Silva
CPF: 876.768.503-04


Fábio Silva da Costa
CPF: 943.383.263-00